

EXAME DE ORDEM OAB/MG

2ª ETAPA
19/03/2000

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL **ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO**

Instruções

A) É permitida a consulta à legislação, livro de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que possam conter formulários e modelos de peças processuais, cadernos de notas e apostilas, livros com perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

B) Não utilize mais de 2,5 (duas e meia) páginas para a elaboração da petição nem mais de 1/2 (meia) página para a resposta a cada uma das 3 (três) questões.

C) Não coloque o seu nome ou número de inscrição na OAB ao final da petição ou da resposta às questões, nem qualquer outra forma de identificação.

D) Não transcreva texto de dispositivo legal, de doutrina ou de jurisprudência, a não ser que considere indispensável à sustentação de sua tese, e, nesses dois últimos casos, não se esqueça de mencionar os dados necessários à identificação da fonte.

Redação de peça profissional, no valor de 5 (cinco) pontos:

Em determinado Município, a Câmara Municipal aprovou lei, conforme projeto de iniciativa do Prefeito, pela qual se declarou certo imóvel particular sujeito à desapropriação, bem como se determinou a doação do mesmo imóvel a entidade religiosa, para nele construir um templo.

Publicada a lei, o Executivo Municipal encontra-se em fase de entendimentos com o proprietário do imóvel, buscando alcançar acordo sobre o preço na via administrativa.

Você é procurado por um eleitor do Município, que deseja ingressar em juízo para impedir a desapropriação e a transferência de domínio previstas na lei municipal aprovada.

Redija a petição da ação apropriada.

Questões no valor de 2 (dois) pontos cada uma:

1. O Chefe do Setor de Fiscalização de Atividades Comerciais da Prefeitura de Sistina recebe denúncia de um comerciante que se diz continuamente perseguido por João da Silva, fiscal municipal, lotado naquela repartição.

Segundo a reclamação, o fiscal teria lavrado atos de infração falsos, buscando prejudicar o comerciante de quem, por razões pessoais, é antigo desafeto.

O Chefe do Setor: a) avoca para si o processo de inspeção do estabelecimento comercial do reclamante; b) procede à inspeção e aplica multa ao comerciante por infração das normas municipais; e paralelamente c) determina a abertura de processo administrativo para apuração de falta funcional do fiscal.

Identifique, relativamente a cada um dos atos indicados nas alíneas acima, o poder administrativo especificamente utilizado pelo Chefe do Setor, justificando o enquadramento que fizer.

2. Determinado servidor público foi posto em disponibilidade remunerada, após declaração de desnecessidade do cargo de que era titular.

Poucos dias depois, o Poder Executivo fez publicar edital de concurso público para preenchimento de cargos vagos cujas atribuições são as mesmas do cargo declarado desnecessário.

Você foi procurado em seu escritório pelo servidor em disponibilidade, que deseja voltar ao trabalho.

Com qual ação judicial Você ingressaria para garantir a pretensão do servidor e quais os fundamentos jurídicos de que se utilizaria?

Questão no valor de 1 (um) ponto:

3. Sabe-se que os proprietários de imóveis vizinhos de bens tombados sofrem, como conseqüência do tombamento, restrições ao seu direito de propriedade.

Responda: a) Em que consistem tais restrições? b) Qual a sua natureza jurídica?

BOA SORTE!

EXAME DE ORDEM

2ª ETAPA
19/03/2000

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL **ÁREA: DIREITO CIVIL**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Respostas a cinco questões práticas

Instruções:

- a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto que contenha modelos;
- b) não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte - Peça Profissional

Antônio Carlos Ribeiro o procurou, relatando que, há muitos anos, comprou adubo da empresa CALCÁRIO DO BRASIL LTDA. e que, nesta data, recebeu intimação do Cartório de Protestos de Sete Lagoas, relativa à apresentação a protesto, a ser tirado dentro de 03 (três) dias, de uma duplicata mercantil, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente à venda de 30 (trinta) sacos de adubo, em 28/11/99, esclarecendo que mencionado título não corresponde à operação comercial citada, nem a qualquer prestação de serviço,

tratando-se, portanto, de duplicata sem lastro.

Redija a petição inicial adequada, para evitar o protesto do título, criando os dados que não se acham esclarecidos acima.

2ª Parte - Questões Práticas:

1ª Questão:

Joaquim ajuizou ação ordinária contra Pedro. Antes de determinar a citação de Pedro, o juiz, examinado a inicial, verificou que o pedido era juridicamente impossível. Indeferiu, portanto, a exordial (art. 295, III, do CPC) e extinguiu o feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, I do CPC. Não se conformando com a decisão, Joaquim quer dela recorrer.

Responda, justificando:

- a) Qual o recurso cabível?
- b) É necessária a citação do réu para processamento do recurso?

2ª Questão:

Seu cliente trouxe o seguinte problema:

Em um determinado processo de execução por quantia certa pleiteia-se o valor de R\$ 100.000,00 de uma nota promissória não paga. Informa-se que a penhora foi realizada em um veículo do devedor, cuja avaliação restou fixada no montante de R\$ 80.000,00. Informa-se que o bem penhorado foi arrematado no segundo leilão pelo valor de R\$ 30.000,00. No prazo de 24 horas após o leilão, o devedor, fundamentado no artigo 651 do CPC, depositou

R\$ 80.000,00 (mais custas e honorários) e requereu a remição da execução. Igualmente, três dias após o leilão o arrematante, tendo depositado R\$ 30.000,00, requereu a liberação do veículo. Tendo notícia do leilão a esposa do devedor requereu a remição do bem, depositando o valor de R\$ 30.000,00, dentro do prazo legal. O credor também no prazo de 24 horas requereu a adjudicação do bem, pelo valor da avaliação (R\$80.000,00), na forma do artigo 714 do CPC. O bem deverá ser entregue a quem? Justifique.

3ª Questão:

Proposta ação renovatória de locação contra José Natalino, esta foi julgada improcedente, conforme sentença proferida ontem. Pretendendo a imediata desocupação do imóvel, o locador consulta sobre essa possibilidade. Dê resposta justificada ao problema.

4ª Questão:

Manuel Gasparini deu em locação um imóvel para o seu empregado Antônio Magro residir enquanto estivesse trabalhando no restaurante do locador. Realizada a extinção do contrato de trabalho, pelo qual o empregado percebia um salário mensal de R\$ 800,00 (oitocentos reais), o inquilino se negou a devolver o imóvel locado.

Pergunta-se:

- a) qual a ação judicial cabível para a retomada do imóvel?
- b) há possibilidade de se pedir a antecipação de tutela, para que o imóvel seja liminarmente desocupado?
- c) qual o valor da causa?

Fundamente as respostas.

5ª Questão:

João, insatisfeito com a decisão da Turma Recursal do Juizado Especial Cível, procurou seu escritório, solicitando providências. É cabível algum recurso? Justifique.

BOA SORTE!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA - 19/03/2000
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO PENAL**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Resposta a três questões práticas

Instruções:

- a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;
- b) não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte - Peça - Profissional

Em 20 (vinte) de novembro de 1999, viu-se recebida queixa-crime contra Otaviano Rezende, 20 anos, onde, em síntese, narrado o seguinte:

“(....)

No dia 12 (doze) de julho do ano em curso, por volta das 17:00 (dezessete) horas, na Comarca de Manga/MG, o querelado Otaviano Rezende, já qualificado acima, bem como nos autos do inquisitório, sob falsas promessas de noivado e casamento, que eram feitas há pelo menos 4 (quatro) meses, convidou Maria do Rosário Silva, 15 (quinze) anos, também já qualificada, para juntos acamparem nas proximidades de uma cachoeira localizada no citado município.

Sendo o convite aceito, na medida em que o relacionamento, para todos consistente em namoro, inclusive para os pais de Maria do Rosário, já perdurava por pelo menos 8 (oito) meses, o querelado, já no romântico local, volta a insistir que com Maria do Rosário se casará, visto estar apaixonado, razão pela qual a ingênua moça inexperiente, e ainda virgem, cede às carícias libidinosas, e ao verdadeiro intento de Otaviano, qual seja, a cópula vagínica, atestada pelo ACD de fls. 30, inclusive a perda da virgindade.

(....)

Nestes termos, acha-se o querelado incurso no art. 217 do CP, pelo que pede que a presente exordial seja recebida e regularmente processada, sendo o querelado ao final condenado nos termos da Lei”.

Ressalte-se que a peça vem assinada por procurador com poderes especiais e pelo pai da vítima.

No curso do feito, através de declarações testemunhais, bem como da própria Maria do Rosário, o retratado na queixa-crime começa a ter outros contornos, na medida em que comprovado não ser a moça ingênua, ao contrário, esclarecida quanto aos fatos da vida em geral, inclusive sexuais, sendo estudante do 2º grau, tendo já noção completa do que representava manter relações sexuais na idade em que se achava.

Diante disso, provado que nenhuma violência viu-se praticada, e

que o coito deu-se por espontânea vontade de ambos, vez que disse Maria do Rosário perante o Juiz: “(...) a relação ocorreu porque eu também estava a fim(...)”.

Restou ainda provado, que o casal não namorava, sendo tão só amigos, que se conheceram numa das festas ocorridas na cidade.

Encerrada a instrução criminal, nada sendo requerido nas lindes do art. 499/CPP, o querelante e o representante do MP insistem na condenação, estando agora os autos com vista à defesa para alegações finais, consoante o art. 500 do Estatuto Processual.

Pede-se: elaborar as ditas alegações, com o devido e completo encaminhamento, alegando toda a matéria pertinente ao caso.

2ª Parte - Questões práticas

01 Questão:

Caio invadiu a residência de uma família na cidade de Pelotas / RS, com a intenção deliberada de dali subtrair objetos valiosos. Para alcançar seu desiderato criminoso, o meliante não hesitou em matar barbaramente o pai de família, que havia esboçado reação, além de estuprar uma de suas filhas. Preso em flagrante delito, há um clima de revolta da população local. A defesa do acusado requer perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul o desaforamento do processo para a Comarca mais próxima, alegando pressão da comunidade e dúvida sobre a segurança pessoal do acusado.

Pergunta-se:

- a) Qual (is) crime (s) praticado (s) por Caio?
- b) Poderá haver o desaforamento pretendido? Justifique.

02 Questão:

João, vítima de estelionato, o consulta, constituindo-o como seu advogado, outorgando-lhe procuração para que você atue como procurador do assistente de acusação, no caso ele. Após o recebimento da denúncia, você peticiona no intuito de ver admitido seu pleito. O Juiz indefere o pedido, ao argumento de que para a acusação já há o Ministério Público. O que deve você utilizar para impugnar tal decisão? Justifique a resposta.

03 Questão:

É possível utilizar-se do remédio do Habeas Corpus para atacar decisão interlocutória no curso de uma ação penal? Justifique.

BOA SORTE!

EXAME DE ORDEM

2ª ETAPA

19/03/2000

**PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO DO TRABALHO**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Resposta a cinco questões práticas

Instruções:

- a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;
- b) não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte - Peça Profissional

Procurado pela empresa CASA COR LTDA, na condição de advogado trabalhista, qual peça apresentaria em defesa da cliente, na seguinte hipótese:

1 - Patrícia Miranda, contratada pela cliente nos termos da Lei n. 9061/98, pelo prazo de 120 dias e salário mensal de R\$ 2.300,00, foi dispensada no término do contrato.

2 - Insatisfeita com a demissão, Patrícia procurou seus direitos trabalhistas alegando que a Reclamada ultrapassava o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei n. 9061/98, pois possuía, à época da contratação, (12/2/1999), 75 empregados em um único estabelecimento. Justifica sua alegação, dizendo que o contrato firmado entre as partes deveria reger-se pelos moldes dos contratos por prazo indeterminado, cabendo, portanto, ao empregador pagar o FGTS correspondente à diferença decorrente da diferença de modalidade de contrato de trabalho, aviso prévio, diferença de 13º salário proporcional, cancelamento na CTPS da anotação referente ao contrato de trabalho temporário. Alega, ainda, que trabalhava além da jornada pactuada, em média 4 horas a mais por semana, requerendo a integração para todos os efeitos de direito. Requer os benefícios da justiça gratuita nos termos das Leis n. 7115/83 e 7.510/86. Requer a citação da Reclamada para responder à reclamação. Especifica os valores das verbas pleiteadas, que somam R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Arrota como testemunhas Augusto da Silva, Eduardo Diniz e Beatriz Arruda, informando que os mesmos ainda prestam serviços para a Reclamada, razão pela qual deverão ser intimados para comparecer à audiência.

3 - Formalizar a peça processual a ser apresentada em Juízo.

2ª Parte - Questões Práticas

1ª Questão

Estabeleça a diferença, no âmbito da Justiça do Trabalho, entre representação e substituição processual.

2ª Questão

Qual a regra geral que firma a competência “*ex ratione loci*” da Justiça do Trabalho? Fundamente.

3ª Questão

No Direito do Trabalho prevalece o princípio da proteção. Existe na legislação alguma presunção “*iuris et de iure*” desfavorável ao empregado? Exemplifique, se for o caso, indicando um artigo da CLT.

4ª Questão

O que são Enunciados do Tribunal Superior do Trabalho e Precedentes da SDI? Possuem eles efeito vinculante? Por quê?

5ª Questão

Qual o número máximo de testemunhas admitido nos procedimentos do processo do trabalho? Indique e fundamente.

BOA SORTE!